

**JNT - FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY
JOURNAL ISSN: 2526-4281 - QUALIS B1**



**AS DIFICULDADES DOS
PROFESSORES COM ALUNOS
ESPECIAIS**

**THE DIFFICULTIES OF TEACHERS
WITH SPECIAL STUDENTS**

**Josélia Maciel da SILVA
Instituto de Ensino Superior Vanguarda
(IESVA)
E-mail: jomac03@hotmail.com**



RESUMO

Sabe-se que Educação Especial (EE) não é somente a educação de determinado tipo de alunos, mas sim o conjunto de estratégias e recursos que cada escola possui para responder à diversidade de características que os alunos, que fazem parte do seu espaço, possuem. Para isso torna-se necessário perceber quais as dificuldades de cada um e agir em conformidade com essas mesmas dificuldades. Diante disso, pouco se fala das dificuldades que os professores têm na educação especial, por isso, este artigo tem o objetivo de analisar algumas dificuldades que os professores enfrentam na educação especial como a falta de formação adequada, a pouca valorização salarial e entre outros, e isso de certa forma influencia no processo de aprendizagem e inclusão desses alunos. A pesquisa presente recorrerá a abordagem bibliográfica visando uma compreensão ampla do objeto de estudo, ou seja, das dificuldades que os professores enfrentam no cotidiano escolar com os alunos especiais.

Palavras-chave: Educação especial. Dificuldades dos professores. Aprendizagem e inclusão. Falta de formação. Pouca valorização.

ABSTRACT

It is known that Special Education (SS) is not only the education of certain types of students, but the set of strategies and resources that each school has to respond to the diversity of characteristics that students, who are part of its space, have. To do this, it is necessary to understand the difficulties of each student and act accordingly. Therefore, this article aims to analyze some of the difficulties that teachers face in special education, such as the lack of adequate training, low salaries, and others, which in some way influence the learning process and the inclusion of these students. The present research will use the bibliographical approach aiming at a broad understanding of the object of study, that is, the difficulties that teachers face in their daily lives at school with special needs students.

Keywords: Special education. Teachers' difficulties. Learning and inclusion. Lack of training. Little appreciation.

INTRODUÇÃO

O artigo vigente pretende analisar algumas dificuldades que os professores enfrentam no cotidiano escolar na educação especial, como fatores que dificultam tanto o processo de aprendizagem quanto a inclusão dos alunos especiais. Estas dificuldades vão desde a falta de recurso didático ou pedagógico à ausência de formação de professores que contemple a educação especial.

Nesta modalidade de ensino é fundamental que os professores sejam bem preparados para saber lidar com a diversidade de deficiências que cada aluno apresenta, exigindo dos professores qualificação no exercício profissional visando o melhor atendimento a esses alunos.

Por isso, o artigo apresentará como abordagem da pesquisa uma revisão bibliográfica que abrangerá conceitos e contextualizações para o entendimento do objeto de estudo.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL - CONTEXTO HISTÓRICO GERAL E NO BRASIL

Pessoas com deficiências ou necessidades especiais sempre existiram. Como escreve Silva (1987), em sua *Epopeia Ignorada*:

Dos primórdios mais adiantados da Pré-História para os dias de hoje, na Era Neolítica, vasos e urnas foram sendo decoradas das mais variadas maneiras e com os mais incríveis motivos. Foram encontrados em alguns desses vasos ou urnas, homens com evidentes sinais de deformidades de natureza permanente, sendo algumas delas consequências de má-formações congênitas: corcundas, coxos, anões e amputados. Isso nos indica que desde épocas mais remotas as deficiências e mesmo as deformidades já eram um verdadeiro flagelo da humanidade (SILVA, 1987, p. 26).

Ao analisar a história da educação especial é possível observar que desde os primórdios até a contemporaneidade, pessoas diferentes do que a sociedade caracteriza como “normal”, foram tratados de maneiras distintas. De acordo com relatos e narrações escritas, é possível perceber que estas pessoas viveram quatro momentos distintos de acordo com o período histórico: exclusão, segregação, integração e inclusão. Enfrentaram e ainda enfrentam inúmeras barreiras físicas e humanas que limitam e desacreditam no desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades. Este preconceito e descrédito com

peças diferentes do padrão normal, vem desde os tempos mais primitivos, quando, na maioria das vezes, este ser humano perdia o direito à vida.

O que mudou com o passar do tempo, foi a forma de ver e conviver com essas pessoas que são diferentes do que é visto como “normal” perante a sociedade. No decorrer da história essas pessoas vistas como diferentes e até mesmo como anormais, foram tratadas de formas distintas, havendo diferenças de tratamento até mesmo entre países durante o mesmo período histórico.

Na antiguidade, egípcios, hebreus, gregos e romanos já conviviam com o diferente e cada povo reagia de maneira díspar frente a estas diferenças. A forma de tratamento dispensada a essas pessoas, levava em consideração a classe social a qual pertencia.

Por muitas dinastias da história egípcia, a atenção a pessoas que apresentavam indícios de males graves ou de deficiências físicas e mentais, fossem elas conseqüentes de malformações congênitas, acidentes ou infortúnios das guerras, circunscreveram-se aos membros da nobreza, aos sacerdotes, aos guerreiros e seus familiares (SILVA, 1987, p. 37).

Já os pobres “em dias prefixados, os doentes eram transportados ao templo, onde sacerdotes mais jovens ou em formação, davam seu atendimento gratuito” (SILVA, p. 37, 1987). Mesmo havendo disparidades sociais quanto ao tratamento de pessoas deficientes, estudos arqueológicos demonstram que estas, eram integradas de forma hierárquica às classes sociais, podendo, em raros casos, até mesmo desenvolver algum tipo de ofício.

O povo hebreu era tomado de misticismo. Para eles, a pessoa que apresentasse qualquer deficiência, estava proibida de prestar serviços nos templos religiosos. “Para os antigos hebreus, tanto a doença crônica quanto a deficiência física ou mental, e mesmo qualquer deformação por menor que fosse, indicava certo grau de impureza ou pecado” (SILVA, 1987, p. 51).

Muitas deficiências e deformações eram consideradas por este povo, como conseqüência dos pecados cometidos... eram vistas como castigo ou forças más da natureza e contra tais males, somente por intercessão do sagrado seria possível a cura. Muitos também sofriam mutilações resultantes de castigos sob o argumento de terem cometido erros contra as leis vigentes na época e tornavam-se deficientes.

Na Grécia, pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência, com exceção de alguns casos, eram rejeitados, ajudados por piedade ou até mesmo mortos. Sampaio afirma que “[...] em Esparta, crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram

consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono” (SAMPAIO, 2009, p. 22).

De acordo com as leis na Roma Antiga, o sacrifício de crianças nascidas com deficiência, era algo que se praticava e que era permitido legalmente. “[...] estava proibida a morte intencional de qualquer criança abaixo de três anos de idade, exceto no caso de a criança nascer mutilada, ou se fosse considerada monstruosa. Para casos como esse a lei previa morte ao nascer” (SILVA, 1987, p. 91). As leis romanas autorizavam a morte, ao nascer, de crianças deficientes ou monstruosas (como eram chamadas em Roma) ou imputava ao pai, o poder de expor (abandonar) o filho com alguma anormalidade, em lugares sagrados ou às margens de rios.

Cícero (1852 apud SILVA, 1987, p.92), relata sobre as Leis das Doze Tábuas: “Lei III – O pai imediatamente matará o filho monstruoso e contrário à forma do gênero humano, que lhe tenha nascido há pouco”. Portanto, na Roma Antiga, prevalecia a lei do extermínio, porém, o assassinato das crianças monstruosas não foi uma prática constante. Muitas destas crianças eram deixadas em cestos que posteriormente eram recolhidos por pessoas míseras com o objetivo de usá-las para obter lucro. Essas pessoas com má formações e com problemas mentais eram expostas a humilhações e até usadas em prostíbulos.

Durante o período histórico da antiguidade, pessoas que nasciam com deformidades físicas ou problemas mentais foram eliminadas ou enfrentaram sofrimentos terríveis. Passando para a Idade Média, todas as pessoas que não pertenciam a nobreza, já eram consideradas sub-humanas e desnecessárias. E as pessoas com algum tipo de deficiência eram ainda mais desnecessárias pois fugiam ao padrão da época que valorizavam a força e a beleza.

Na era Cristã, os portadores de deficiência ou anormais, não podiam mais ser mortos, porém, o tratamento desigual e maldoso continuava. Algumas destas pessoas eram compradas pelos nobres para divertir convidados em suas festas, outros eram recolhidos pela igreja por caridade e os demais viviam nas ruas como pedintes, abandonados à própria sorte.

Silva (1987, p. 121) relata: “Praticamente durante a Idade Média inteira, somando aos esforços dos bispos, já engajados por determinações conciliares, os mosteiros constituíram-se por uma nova força impulsionadora da assistência social como pura expressão de caridade”. A sociedade, que antes era formada por nobreza e povo, ganha

neste período, uma nova classe: o clero. Este exercia grande influência social, podendo até decidir quem poderia ou não entrar no céu.

No século XIII, a Igreja instaurou a inquisição. O objetivo do clero era defender as riquezas e o poder da igreja. Com isso, muitas pessoas eram torturadas e mortas por, supostamente demonstrarem sinais de estarem possuídos pelo demônio. Assim, as pessoas com deficiência foram caracterizadas com tais sinais, definidos como hereges e muitas sofreram as consequências impostas pela igreja naquela época.

Mais tarde, no século XVI, surge a reforma protestante e, mais uma vez, os deficientes sofrem consequências terríveis. Com o protestantismo, estas pessoas são vistas como escolhidos por Deus para pagar os pecados das pessoas e continuam sendo colocados à parte da sociedade e sofrendo sem ter quem os possa defender.

Neste mesmo século, dois médicos (Paracelso e Cardano) passaram a defender que a deficiência mental era um problema médico e que estas pessoas “deficientes” não tinham possibilidades de serem recuperadas ou educadas. Também defenderam que a decisão sobre a vida e o destino destas pessoas, seria de competência médica e não da igreja, como acontecia até o momento.

Teve início então uma mudança de pensamento, porém, essas pessoas “diferentes” ainda não eram incluídas socialmente e nem tinham direito a educação formal. Assim Pessotti (1984) diz que: “A opção intermediária é a segregação: não se pune nem se abandona o deficiente, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença” (PESSOTTI, 1984, p. 24). Os asilos e casas de caridade, que recebiam doentes físicos, passam a receber pessoas com deficiência mental, que eram internados e retirados do convívio social.

Em torno de 1650, o médico anatomista Thomas Willis descreve a anatomia do cérebro humano e defende a teoria de que muitas deficiências são causadas por alterações cerebrais e, à partir de então tem início a argumentação científica sobre as deficiências.

John Locke (1690) muito contribuiu para a transformação das ideologias da época, quando defende que a mente humana é uma “tábua rasa” e que é através da experiência e dos ensinamentos que se constrói o conhecimento.

Walber e Silva (2006) relatam em seu artigo – ‘As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão?’ Que “[...] a partir do século XIX a sociedade passou a defender que o melhor era criar organizações separadas onde as pessoas com deficiência pudessem receber melhor atendimento e com menos gastos. Eram instituições de assistência, tratamento e de estudos”.

O médico Jean-Marc Gaspard Itard (1774-1838), foi uma das primeiras pessoas a trabalhar com crianças especiais como afirma Freire em seu artigo – A inclusão da Educação Especial e sua história. (2017):

Um dos pioneiros, sempre lembrado como “o pai da Educação Especial”, foi o médico Jean Marc Gaspard Itard. Ele ficou conhecido por ter elaborado o primeiro programa sistemático de Educação Especial, e por ter tido a experiência na recuperação e na tentativa de educabilidade do menino Vitor de Aveyron - o menino selvagem (FREIRE, 2017, p. 54).

Vitor foi abandonado na floresta e teve contato somente com animais. Após encontrá-lo, Itard desenvolveu um trabalho de socialização com a criança e tentou ensiná-lo sobre educação. Em sua trajetória, Itard também atendeu deficientes mentais e débeis através do método sistemático.

Além dos deficientes mentais, surge também neste período, estudiosos com métodos de ensino para surdos-mudos e cegos. Ao redor do mundo, surgem instituições com a responsabilidade em desenvolver o atendimento ao deficiente.

No Brasil, até o início do século XIX, pessoas com algum tipo de deficiência tiveram tratamentos similares aos que eram dispensados a todos os diferentes ao redor do mundo.

Figueira (2008) faz uma análise da trajetória destas pessoas em terras brasileiras: “[...] tal e qual como entre os demais povos, e no mesmo grau de incidência, o brasileiro exibiu casos de deformidades congênitas ou adquiridas. Foram comuns os coxos, cegos, zambros e corcundas” (FIGUEIRA, 2008, p. 56).

Portanto, como acontecia em outros lugares mundo afora, pessoas deficientes não importavam e podiam ser descartados ou segregados sem qualquer culpa por parte da sociedade. Neste momento da história, essas pessoas ainda não são consideradas em qualquer processo educacional, pois a educação era destinada somente aos filhos da elite brasileira, apesar de a Constituição Brasileira de 1827 prometerse “Instrução Primária e Gratuita a Todos”.

A educação passa a ser ampliada para além da elite, quando esta se torna determinante para o voto e, portanto, passa a ser de interesse da classe dominante. Porém, as pessoas com deficiência ainda não são consideradas; são mantidas escondidas pela família por serem diferentes e a sua presença ser motivo de incômodo.

Por motivos econômicos, começa então a surgir de forma discreta, a defesa da pela educação dos “anormais” e surgem instituições para educação do deficiente. Como afirma Gaio e Meneghetti (2004):

Ocorre a fundação de duas instituições públicas para atendimento de pessoas com deficiências: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamim Constant) em 1854, e Instituto dos Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos-Ines), em 1856 (GAIO E MENEGHETTI, 2004, p. 21).

À partir de então, as pessoas deficientes passam a ser um “problema” do Estado, que vez ou outra, oferecia algum apoio a estas instituições que passaram a oferecer também instrução e não somente assistência médica. No entanto, a criação destes dois institutos foram acontecimentos ímpares, pois até o momento, ainda era inexistente qualquer legislação que fizesse referência a educação especial.

Com a intensificação dos conflitos militares, mais pessoas sofrem mutilações de guerra. A partir de então, começam a voltar olhares para as deficiências e cria-se o “Asilo dos Inválidos da Pátria”, lugar onde “seriam recolhidos e tratados os soldados na velhice ou os mutilados de guerra, além de ministrar a educação aos órfãos e filhos de militares” (FIGUEIRA, 2008, p. 63).

No ano de 1883, acontece o I Congresso de Instrução Pública no Brasil, onde se tem a possibilidade de discussão sobre a formação de professores para trabalhar com pessoas cegas e surdas. Mas como a instrução popular não era algo que interessasse à classe dominante, estas propostas ficaram esquecidas. Somente os deficientes mais severos eram encaminhados para instituições (asilos) onde ficavam confinados. Os menos severos e que tinham condições de trabalho, eram ocupados com atividades, na sua maioria, nos espaços rurais.

Os trabalhos do médico Desiré Magloire Bourneville ao defender a criação de salas de aula para atendimento dessas crianças, refletem aqui no Brasil e ao final do século XIX, tem início a possibilidade dessas crianças serem atendidas na rede regular. Januzzi cita que: “Há referência na rede regular de outro atendimento também no Rio de Janeiro, em 1898, no Ginásio Estadual Orsina da Fonseca, para deficientes físicos e visuais” (JANUZZI, 2017, p. 360).

Mudanças aconteceram a passos muito lentos no atendimento ao deficiente. Até o início do século XX, pouco se conhecia sobre as potencialidades dessas pessoas, pois apesar de muitos médicos terem se tornado especialistas nesta área, a falta de exames

específicos para realizar diagnósticos, fez com que inúmeras pessoas (inclusive crianças) apesar dos avanços, ainda fossem excluídas do convívio social e levadas para internação junto com adultos.

Uma comissão dirige-se ao ministro da justiça com afirma Januzzi (2017):

Depois de ponderar que ali observara com tanta surpresa crianças e adultos, alguns em completo estado de nudez, na mais revoltante promiscuidade, solicitava a construção do Pavilhão Bourneville para tratamento e educação dos pequenos infelizes, cujo estado mental poderia melhorar, se em outro local recebessem cuidados especiais. Eram, pois, crianças grandemente prejudicadas, com problemas patológicos diversos ... e que passaram, com esse serviço, a ter também orientação pedagógica, junto com atendimento clínico (JANUZZI, 2017, pp. 638-639).

200

Pessoas com deficiência começam a fazer parte do sistema educacional de forma ainda tímida e a divisão de salas por níveis e séries, possibilita também a criação de salas especiais. Com a publicação de débeis mentais na escola pública e Higiene escolar e pedagogia pelo médico-chefe do serviço médico-escolar do estado de São Paulo, surgem orientações e critérios para separar em grupos os anormais: subnormais, anormais intelectuais, morais e pedagógicos (JANUZZI, 2017).

Poucas ações são empreendidas pelo Estado em favor da Educação Especial e surgem então instituições privadas especializadas como o Instituto Pestalozzi em 1926, cuja atuação foi bem marcante no que se refere ao assistencialismo e a educação de pessoas com deficiência.

Baseado no liberalismo, como ferramenta de atuação na sociedade brasileira, ocorre a criação das primeiras classes especiais públicas onde separa crianças “normais” das “anormais”, utilizando o argumento de necessidade de organização de salas com desenvolvimento mais homogêneo e análogo. Esta separação se justifica na época, por razão e ciência: racionalidade que separa as crianças em salas distintas conforme acontece nos estabelecimentos industriais, dando-se assim, a organização do trabalho pedagógico. A esta separação foi incluída também, crianças inquietas e indisciplinadas.

A defesa da educação dos anormais foi feita em virtude da economia dos cofres públicos e dos bolsos dos particulares, pois assim se evitariam manicômios, asilos e penitenciárias, tendo em vista que essas pessoas seriam incorporadas ao trabalho. Também isso redundaria em benefício dos normais, já que o desenvolvimento de métodos e processos com os menos favorecidos agilizaria a educação daquela cuja natureza não se tratava de corrigir, mas de encaminhar (JANUZZI, 2017).

É possível perceber neste momento, a necessidade de tornar os anormais, em pessoas capazes de produzir e conseqüentemente, gerar lucro. Todos valerão o que produzirem e à escola era atribuído o papel de seleção e preparação de cada um ao seu lugar.

A industrialização faz com que aconteça um crescimento das cidades e conseqüentemente há uma crescente preocupação com a educação popular. Com a Constituição brasileira de 1934, a educação passa a ser uma atribuição da União e um direito de todos. Mas, mesmo sendo um direito de “todos”, poucas são as crianças deficientes matriculadas nas classes especiais. Então: “é fundada, em 1954, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE”. (GAIO e MENEGHETTI, 2004, p. 27).

A APAE surge com o objetivo de assistir socialmente aos deficientes, especialmente os deficientes mentais, proporcionando melhor qualidade de vida a estas pessoas e buscando promover uma conscientização por parte da sociedade de que pessoas diferentes também podem conviver socialmente e desenvolver suas potencialidades.

Somente no ano de 1961, a educação especial tem uma abrangência maior no Brasil e em um cenário de movimentos sociais, nasce a primeira LDB 4024/1961 que define e regulariza o sistema educacional brasileiro tendo como base a Constituição de 1934. Em seus artigos 88 e 89 diz que as crianças, agora chamadas excepcionais, devem enquadrar-se na educação geral no que for possível e que toda instituição privada que atenda aos excepcionais de forma eficiente, será beneficiado pelo poder público com créditos financeiros. Aqui o Estado não se compromete com a educação especial, uma vez que o artigo diz que o excepcional será atendido no que for possível e incentivando as instituições a oferecerem este atendimento em troca de benefícios financeiros.

De forma bem sutil, à partir da LDB de 1961, surgem outros documentos e leis que começam a inserir a pessoa deficiente em um contexto social e educacional, documentos estes, influenciados, direcionados e orientados por legislações internacionais.

Em 1964 acontece o golpe militar e o Brasil passa a ter um novo regime político. O Regime Militar foi um período marcado pelo autoritarismo e durou 21 anos – de 01 de abril de 1964 a 15 de março de 1985. No mesmo mês em que teve início o Regime Militar, foi decretado o Ato Institucional 1 (AI-1) dando vários poderes ao exército, poderes estes que não lhes competia. Durante o período militar, muitos funcionários da educação pública sofreram torturas, foram presos e até perderam a vida sob a acusação de praticarem subversões e insubordinações.

O foco educacional passou a ser para a formação de mão de obra especializada para atender a industrialização crescente. Como a atenção do governo (militares) estava voltada neste momento, para o desenvolvimento econômico, portanto, a educação especial não era prioridade. Por isso, neste período de domínio militar, o número de instituições

AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES COM ALUNOS ESPECIAIS

Sobre as principais dificuldades dos professores com alunos especiais, Paulon (2005) esclarece:

Uma das dificuldades encontradas na formação dos educadores, no estudo de alguns fundamentos teóricos para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, é o amplo leque de realidades socioculturais existentes em nosso país. Para atender esta demanda tão diversa, o material dirigido à formação tem se proposto oferecer uma linguagem suficientemente abrangente para ser acessível a todos. Porém, em alguns casos, se observa a excessiva simplificação dos conteúdos propostos, aliada a uma superficialidade que se distancia das situações problemáticas concretas de cada realidade (PAULON, 2005, p. 21).

A visão de Paulon (2005) mostra que os professores têm dificuldade no atendimento dos alunos especiais a formação precária e limitada, onde a linguagem dos materiais didáticos é superficiais e não aprofunda sobre a complexidade dos alunos especiais e nem da inclusão.

Outra questão fundamental é que esses professores estão sobrecarregados e mal remunerados como afirmam Facion e Levy (2008, p. 140):

O movimento de inclusão de alunos com necessidades especiais nas salas de aula vem agravando esse quadro, pois o professor, diante de demandas às quais nem sempre consegue responder, ou por lhe faltarem recursos, ou por não estar capacitado para isso, sente-se sobrecarregado, incapaz e adocece. (FACION & LEVY, 2008, p. 140).

Os autores supracitados colocam como dificuldades na prática pedagógica com alunos especiais a não capacitação desses professores aliado aos poucos recursos, e a sobrecarregada e poucos valorizados, além da sobrecarga de trabalho que ocasiona doenças físicas e mentais. Nesse contexto, a prática pedagógica fica comprometida e conseqüentemente, o processo de aprendizagem e inclusão deles alunos também.

A profissão docente passou por diferentes fases na história do Brasil, isto porque acompanhou as próprias mudanças pelas quais o país passou, modificando sua visão perante a sociedade. De acordo com Barros e Pisciotta (2012, p. 45) “[...] a profissão

docente já foi muito conceituada pela sociedade, uma vez que o professor era o centro da escola, visto como exemplo de postura pelas pessoas”. Mas, a sociedade modificou-se e o professor também precisou modificar-se para atender as exigências da sociedade moderna, deixando de ser o centro para atender as necessidades do aluno, passando a ser um mediador entre ele e o conhecimento.

Ser professor na atualidade não é algo fácil, ao contrário, muitos fatores influenciam esse exercício profissional e até mesmo a constituição dessa profissão e são inúmeras as cobranças que se impõem sobre esses profissionais. De acordo com Ens e Donato (2011) vivemos no que atualmente se chama de “sociedade do conhecimento”. E neste contexto ser professor é algo bastante complexo, pois é viver em constante tensão e vivenciar inúmeros desafios. Nessa realidade, ser professor, é trabalhar em prol da formação de um aluno para responder a uma sociedade em constante mudança e cheia de incertezas e onde ele seja capaz de enfrentar seus inúmeros desafios.

Diante disso, nota-se que a exigência é bem maior com quem trabalha com a educação especial e inclusiva, onde a profissão docente deve e deverá estar sempre se atualizando tanto sobre a questão teórica, ou seja, de metodologias, técnica e instrumentos quanto a sua dimensão prática na busca de favorecer o processo de aprendizagem e inclusão desses alunos com algum tipo de deficiência.

Na construção da metodologia a primeira etapa foi a escolha do tema e de um problema específico que colaborasse com as fontes bibliográficas. O problema se resumiu nessa indagação: Como a formação docente pode favorecer tanto aprendizagem quanto o processo de inclusão dos alunos da educação especial? Tendo isso como premissa, veio a necessidade de identificar as fontes, que na visão de Gil (2002) a identificação das fontes é capaz de fornecer as respostas adequadas para solução do problema-proposto.

Identificado as fontes veio a segunda etapa que foi a leitura do material, mostrando uma diversidade de tipos de leitura. Por exemplo, autores como Vygotsky, Mantoan e Silva contribuíram na visão da educação especial em suas concepções e o resgate histórico; também Sampaio, Maneghetti, Januzzi, ajudaram nessa visão histórica sobre a educação especial, enfocando a educação dos ditos “anormais”, em um começo histórico de reflexão sobre essa modalidade de ensino e ainda muito lento. Também foi salientado a legislação da educação especial geral e no Brasil, Declaração de Salamanca mostrando um grito para se concretizar o acesso de qualidade na educação dos deficientes. Também a contribuição da LDB 9394/1996, que utilizou o termo “preferencialmente”, fazendo alusão a educação de necessidades especiais.

Segundo momento da leitura, passando da leitura exploratória e chegando a leitura analítica, que para Gil (2002) é feita a partir dos textos selecionados, embora possa ocorrer a necessidade de adição de novos textos e a supressão de outros tantos. Nessa leitura se concentrou na profissão docente e sua formação. Dentre os principais autores tem Nóvoa, Romanelli, Libâneo, Ibernón, que fizeram entender sobre a profissão docente no liminar dos conceitos e história, enfocando a importância da formação desse profissional na efervescência da educação especial.

Nesta leitura analítica, foram lidos e fichados os cursos de formação no âmbito da educação especial. São cursos de extrema importância para o docente que atua com alunos de alguma deficiência. Por exemplo, Sá e Simão enfatizaram cursos de libras, resgatando a importância na formação na língua de sinais como primeira língua. E mostrando a necessidade de se ter o professor-interprete e de apoio para proporcionar uma educação de qualidade e acesso a mesma.

Outro curso essencial é o DOSVOX e NVDA, que são plataformas digitais e sistema de computadores que colaboram com a independência dos deficientes visuais. Também a formação na área do autismo é fundamental para o docente que atende os mesmos. Mello contribui com esta reflexão mostrando que o docente tem que compreender o processo de aprendizagem dos alunos autistas, para assim, adaptar suas metodologias. Kassar, contribui com os cursos relacionados com a diversidade, cultura e etnicidade, mostrando a escola como espaço da diversidade e do desenvolvimento humano.

Depois dessas leituras e com fichamentos respectivos veio a última etapa, que é a interpretação daquilo que foi colhido, lido e fichado. Para Gil (1999, p. 168) “[...] a interpretação tem como objetivo a procura do sentido da mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos”.

Como análise e interpretação a partir da pesquisa bibliográfica, resgatou a pesquisa de Almeida (2004) onde constatou que os primeiros cursos na área da educação e especial no Brasil, cursos realizados eram em nível médio, com carga horária muito variada por serem cursos intensivos, os quais reuniam professores de vários Estados do país. Esses cursos eram ministrados nos estabelecimentos federais, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES-RJ) e Instituto Benjamim Constant (IBC-RJ) e por organizações não governamentais; o Instituto Pestalozzi (Belo Horizonte/MG), e tantos outros no Brasil que foram pioneiros nesse tipo de formação docente.

Também Mazzota (2005, p. 45) resgata as ações da Pestalozzi:

O Instituto Pestalozzi de São Paulo, em meados de 1952, traçou um plano de ação para seus três primeiros anos de mandato. No referido plano, continha como uma de suas metas, preparar professores para atuarem junto aos alunos com deficiência mental. Então, já que não havia qualquer curso de formação de professores especializados no ensino de deficientes mentais, a Sociedade Pestalozzi organizou seu primeiro Curso Intensivo de Especialização de Professores, que até 1959 foi anualmente realizado.

O Instituto Pestalozzi contribuiu e muito nesse início das primeiras formações na área da educação especial, dando assim, suporte dos professores na área dos deficientes mentais, sendo uma novidade formativa nessa área. Uma formação capaz de dá ao professor um entendimento, uma questão teórica que respaldou na questão pratica.

Mazzota (1992, p. 12) relata que no segundo período que vai de 1972 a 1989, a “formação em nível superior, através da habilitação específica do curso de Pedagogia, passou a ser mantida por entidades particulares e públicas, assumindo uma multiplicidade de tendências”. Nessa ocasião, houve uma ampliação na oferta de cursos que se instalaram em várias áreas em diversas regiões do estado. Vale dizer, que o Serviço de Educação Especial da Secretaria da Educação, em muito contribuiu para a instalação dos cursos superiores.

Em conformidade com Mazzota acerca da origem dos cursos, Enumo (1985, p. 1) considera que:

Eram escolas também particulares de 1º e 2º graus que precisavam ocupar seus grandes prédios, agora ociosos no período noturno principalmente, devido ao aumento da oferta de escolas públicas nesse nível. E coincidentemente, no mesmo período (1967 a 1973) houve um crescimento na demanda do ensino superior, com a simultânea redução dos gastos governamentais com as universidades. Assim surgiu a maioria destas Faculdades, que se multiplicaram, transformando-se em associações universitárias e até mesmo em universidades (ENUMO, 1985, p. 1).

Ficou evidente que a efervescência entre o final da década de 60 e início de 70 despontaram os cursos visando a formação especialização dos docentes na educação dos excepcionais, dando assim, uma abertura de leque teórico e prático no processo de aprendizagem e inclusão desses alunos.

Segundo Mendes (2002, p. 15) os estudos sobre a Habilitação em EE do curso de Pedagogia “já vinham sinalizando para a necessidade de reformulação com vistas a fazer com que o docente da Educação Especial fosse antes de tudo um professor e não apenas

um especialista”. Nesse sentido, a Habilitação em EE representava a alternativa para acabar com a dicotomia mencionada.

Voltando para os estudos de Almeida (2004), a formação de docentes para a educação especial no contexto de 2001, estava constituída assim:

1. Formação inicial em nível médio - Professores normalistas habilitados em Educação Especial para determinadas áreas específicas, como DA, DM, DV, DF nos cursos de Estudos Adicionais; - Professores normalistas habilitados em Educação Especial por meio de cursos de “especialização” promovidos pelas secretarias de Estado de Educação e Institutos de Educação (INES/RJ e IBC/RJ)
2. Formação Inicial em nível superior: - Professores Habilitados em Educação Especial (para determinadas áreas específicas: DM, DA, DV, DF) nos cursos de Pedagogia\ - Professores licenciados somente em Educação Especial, que é o caso da Universidade Federal de Santa Maria (RS) - Professores especializados em cursos de pós graduação (especialização “lato-sensu”), mestrado e doutorado (GOTTI, 2001 apud ALMEIDA, 2004)
3. Formação continuada - Professores licenciados em qualquer área do conhecimento (Português, Matemática, etc) “especializados” por meio de cursos de aperfeiçoamento em Educação Especial, promovidos por Instituições de Ensino Superior ou por Secretarias de Educação; - Professores (geralmente com formação em magistério de nível médio) capacitados por meio de cursos de atualização promovidos por Instituições de Ensino Superior, Institutos de Educação, Secretarias de Educação. - Professores (com formação de nível médio ou superior) atuando com alunos especiais sem nenhum curso específico na área de Educação Especial (GOTTI, 2001 apud ALMEIDA, 2004)

Nesse contexto, simbolizou uma estruturada mais diversificada na formação docente nos âmbitos da educação especial em alguns estados brasileiros, onde as secretarias de educação e instituto de educação promoveram esses cursos de especialização e aprofundamento.

Bueno (1999) e Mendes (2002) consideram que se a educação inclusiva por um lado, exige que o professor do ensino regular adquira algum tipo de especialização para lidar com uma população que possui características peculiares, por outro também insiste para que o professor de EE amplie suas perspectivas. Nesse sentido, se parece ser mais prático formar um professor generalista para suprir as necessidades de nossas escolas, também parece ser verdade, que professores que atendem a qualquer tipo de aluno, provavelmente terão um conhecimento mínimo de cada área e ensinarão igualmente o mínimo.

METODOLOGIA

Para teorizar o presente artigo sobre as dificuldades dos professores na educação especial foi adotado uma abordagem bibliográfica, em uma revisão em teóricos e pesquisadores acerca do fenômeno em questão.

Na definição de Fachin (2017) a pesquisa bibliográfica diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras. Tem como finalidade fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e proporcionar a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

207

CONCLUSÃO

A partir deste artigo percebeu-se que os professores têm enfrentado algumas dificuldades na execução das suas atividades na educação especial, dificuldades como a falta de uma formação adequada a realidade dos alunos especiais, a pouca valorização salarial que desmotiva e uma carga horária que sobrecarrega os professores.

Todas estas dificuldades e outras a mais comprometem o atendimento de qualidades para com os alunos especiais, prejudicando assim, o seu desenvolvimento, seu processo de ensino e aprendizagem, bem como a inclusão desses alunos. Certamente, professores bem preparados, valorizados e motivados, trarão resultados significativos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. **Formação do professor para a educação especial: história, legislação e competências.** Cadernos edição: 2004 nº 24. Disponível em: U.U Acesso em: 21 de Jan de 2023.

BUENO, J. G. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999a.

ENS, R. T.; DONATO, S. P. Ser professor e formar professores: tensões e incertezas contemporâneas. In: ENS, R. T.; BEHRENS, M. A. (Orgs.). **Ser professor: formação e os desafios da docência.** Curitiba: Champagnat, 2011.

ENUMO, S. R. F. **A Formação Universitária em Educação Especial: Deficiência Mental no Estado de São Paulo: Suas características administrativas, curriculares e teóricas** (Dissertação de Mestrado). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil, 1985.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações.** 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

Josélia Maciel da SILVA. AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES COM ALUNOS ESPECIAIS. *Facit Business and Technology Journal*. QUALIS B1. JANEIRO-FEVEREIRO-MARÇO/2023. Ed. 40. V. 02. Págs. 193-208. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**: noções básicas em pesquisa científica. São Paulo: Saraiva, 2017.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

FREIRE, Adriano Sebastião. **A inclusão da Educação Especial e sua história**. 21 de fevereiro de 2017. “Disponível em: <https://institutoitard.com.br/a-inclusao-da-educacao-especial-e-sua-historia/> “Acesso em: 06 jan. 2023”

GAIO, R, MENEGHETTI, R.G.K. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

Gil, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** (Methods and Techniques of Social Research) (5th ed.). São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

JANNUZZI, G. **Indicadores Sociais no Brasil. Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações**. Campinas: Alínea, 2017.

MAZZOTA, Marcos J. S. Tendências da formação de professores de excepcionais e sua correlação com as características da educação especial. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

MENEGHETTI, F. K. **Pensamento crítico e teoria das organizações**. In: ENCONTRO DA ANPAD,28, 2004. Curitiba. Anais... Curitiba, 2004. 1 CD-ROM.

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. (Org.). *Escola Inclusiva*. São Carlos: EDUFSCAR, 2002. p.61-86.

PAULON, S. M. **A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção**. *Psicologia & Sociedade*, 2005

PESSOTTI, Isaiás. **Deficiência Mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984

SAMPAIO, Cristiane T. **Educação Inclusiva** (livro eletrônico) : O professor mediando para a vida \ Cristiane T. Sampaio, Sônia Maria R. Sampaio. – Salvador: EDUFBA, 2.009.

SILVA, O. M. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS. 1987

WALBER, Vera Beatris. SILVA, Rosane Neves da. **As práticas de cuidado e a questão da deficiência**: integração ou exclusão? Campinas: Estudos de psicologia, 2006.

Josélia Maciel da SILVA. AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES COM ALUNOS ESPECIAIS. *Facit Business and Technology Journal*. QUALIS B1. JANEIRO-FEVEREIRO-MARÇO/2023. Ed. 40. V. 02. Págs. 193-208. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.